



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas

Públicas

Departamento de Economia

LUCAS LINTOMEN AZEVÊDO DE ALMEIDA

TENDÊNCIAS POPULISTAS NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Brasília/DF

2023

LUCAS LINTOMEN AZEVÊDO DE ALMEIDA

TENDÊNCIAS POPULISTAS NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Economia como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Professor Orientador: Dr. Roberto de
Góes Ellery Júnior

Brasília/DF

2023

LUCAS LINTOMEN AZEVÊDO DE ALMEIDA

TENDÊNCIAS POPULISTAS NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO

Prof. Dr. Roberto de Góes Ellery Junior
Departamento de Economia –UnB
Orientador

Prof. Dr. Victor Gomes e Silva
Departamento de Economia –UnB
Examinador

Brasília, 17 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Vitor, meu irmão, pelo amparo constante e permanente;

A Afonso, meu pai, por ter sido, por seis meses, um indispensável técnico e estrategista;

A Fernanda, minha mãe, por constantemente me lembrar do que é necessário para viver bem;

A Clerênio e Elma, meus avós maternos, por constantemente me lembrarem de por que é necessário viver bem;

A Roberto Ellery, cuja orientação busquei do outro lado do espectro ideológico, pelas discussões nos fins das aulas e pelas recomendações literárias;

A Lady, que, ao chegar, não me contou nada de seu passado e mesmo assim exigiu ser plenamente compreendida. Em retrospecto, entendo que tal imposição era justíssima: o cão sabia tudo sobre mim após um único mês;

A Belle, o eterno filhote, que a despeito de meus protestos, nunca renunciou a um único fragmento de sua natureza, e até hoje faz questão de atormentar meu despertar com seu jeito selvagem de amar.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo investigar potenciais tendências populistas no conjunto de medidas econômicas adotadas pelo grupo político que liderou o governo brasileiro durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro. Do ponto de vista da gestão econômica, o governo populista persegue apoio social desconsiderando os limites orçamentários exigidos por uma política fiscal sustentável, e usa como principal ferramenta o aumento do gasto público para impulsionar a demanda. Parte da pressão sobre as contas públicas no período estudado é justificada pela pandemia de COVID-19, mas algumas das medidas adotadas para o enfrentamento da emergência não são sustentáveis e tiveram como aparente objetivo vitórias eleitorais no curto prazo. Além da dívida assumida pelo país com as medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, o governo Bolsonaro deixou outras heranças negativas, como despesas não realizadas com precatórios e o ônus com que a sociedade vai arcar em decorrência da privatização da Eletrobras. Em seu conjunto, as observações anotadas nesse estudo permitem concluir que instrumentos tipicamente associados a governos populistas se encontravam no arsenal político e econômico da administração.

Palavras-chave: Brasil, Finanças Públicas, Populismo

ABSTRACT

This paper's objective is the investigation of potential populist tendencies in the set of economic measures taken by the political wing that led the Brazilian government during the presidential term of Jair Bolsonaro. Through the lens of economic management, the populist government seeks support by disregarding the budget constraints required by a sustainable fiscal policy and uses the increase in public spending to boost demand. Part of the pressure felt by the Brazilian public budget in the relevant period is justified by the COVID-19 pandemic, but some of the measures taken to face the emergency are not sustainable and had the apparent objective of enabling short-term electoral victories. The Bolsonaro administration left behind an ominous legacy beyond increased public debt, which includes delayed court-ordered payments that will have to be fully paid in the future and a formerly state-controlled electric utilities company whose privatization has potentially disastrous consequences for the cost of electric energy. As a whole, the observations made in this paper allow for the conclusion that the Bolsonaro administration's political and economic arsenal included instruments typically associated with populist governments.

Keywords: Brazil, Public Finances, Populism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Médias móveis de doze meses da despesa total e da receita líquida da União em 2019.....	20
Figura 2: evolução da despesa total e da receita líquida da União entre janeiro de 2019 e outubro de 2022.....	21
Figura 3: Composição da despesa total da União em 2018.....	23
Figura 4: Composição da despesa total da União em 2019.....	24
Figura 5: Composição da despesa total da União entre maio de 2019 e abril de 2020.....	25
Figura 6: Composição da despesa total da união em 2020. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.....	26
Figura 7: Composição da despesa total da União em 2021. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.....	27
Figura 8: Evolução das principais categorias de despesas da União durante o mandato de Jair Bolsonaro.....	28
Figura 9: Gastos com pessoal do Governo Central em 2018 e 2021.....	31
Figura 10: Valor total dos precatórios expedidos entre 2010 e 2021, com projeção futura de precatórios.....	32
Figura 11: Limite para pagamento de precatórios previsto na PEC 23/2021 versus previsão de estoque de precatórios até 2036.....	33
Figura 12: Previsão de novos precatórios expedidos entre 2022 e 2036 versus limite de pagamento previsto na PEC 23/2021.....	34

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1. Definição de populismo	11
2.2. Causas	13
2.2.1. Instabilidade política	13
2.2.2. Globalização	13
2.3. O ciclo populista	15
2.4. O caso brasileiro	18
3. ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS	20
3.1. Resultado nominal	20
3.2. Natureza da despesa	22
4. BOMBA FISCAL?	30
4.1. Auxílio Brasil	30
4.2. Despesas com pessoal	30
4.3. Precatórios	32
5. ENERGIA ELÉTRICA	35
6. CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

Findo o segundo turno da eleição presidencial de 2018, esperava-se do iminente governo de Jair Bolsonaro uma política econômica direitista, focada na redução da presença estatal na economia brasileira e na desregulamentação dos mercados, incluindo o de trabalho. Sua proposta de governo incluía a diminuição da carga tributária, principalmente impostos incidentes sobre empresas e heranças, e a redução radical das despesas públicas, apesar de manter vagas, durante a campanha, as áreas sobre as quais tais cortes incidiriam.

Ao contrário de outros candidatos alinhados à direita econômica, porém, Bolsonaro foi eleito à Presidência da República com uma campanha alicerçada num discurso marcadamente hostil a estruturas tradicionais de poder e grupos políticos bem estabelecidos. Propostas vagas de redução dos níveis de corrupção e melhora na segurança pública se misturaram a uma retórica agressiva, pretendendo posicionar Bolsonaro como o representante dos reais interesses do público brasileiro. Uma suposta elite política, que incluiria todas as presidências dos governos petistas, operava em segredo contra o interesse popular e, por isso, precisava ser combatida. O discurso de Jair Bolsonaro tinha, ainda, características maniqueístas, que se manifestavam na atribuição de uma dimensão moral a quase todos os assuntos abordados na política, não importando as nuances inerentes à maioria das ideias publicamente discutidas.

Na visão de mundo promovida por sua campanha, Jair Bolsonaro encabeçava o lado bom de uma disputa entre o bem e o mal pelo futuro do país. Não cabiam, portanto, interferências institucionais que freassem o conjunto de mudanças necessário para que a melhoria do país ocorresse. Esse último aspecto não surpreendeu: Jair havia mudado, ao longo de sua carreira, sua posição em relação a vários assuntos, mas nunca escondeu seu desdém pelas instituições da democracia representativa brasileira. A sua vitória causou preocupação em relação ao futuro dessas instituições, e a defesa, por parte de seus eleitores, da personificação dos supostos interesses reais da população brasileira na pessoa do novo presidente, abriu a possibilidade do fortalecimento do Poder Executivo às custas dos outros dois poderes.

As características citadas acima são comuns a políticos populistas, mas o governo de Jair Bolsonaro não pode ser classificado dessa forma antes de analisarmos o que de fato ocorreu durante o seu mandato. A ideia deste estudo é investigar se o aparente populismo de Bolsonaro se materializou em políticas econômicas tipicamente associadas a líderes populistas.

Inicialmente, este trabalho busca uma definição precisa de populismo na literatura econômica existente, e em seguida identifica possíveis causas para o sucesso do discurso no cenário político de uma sociedade. O trabalho então constata que o populismo econômico segue, tipicamente, um caminho previsível, que acaba por desfavorecer as parcelas da população que o governo populista tentou beneficiar no curto prazo.

Na segunda parte do trabalho, as contas públicas são analisadas. O descontrole fiscal é um dos sinais mais claros de um governo populista, pois dificilmente é possível atender às demandas de todos os grupos que permitem a estabilidade do governo no curto prazo sem se utilizar do aumento de gastos públicos para estimular a demanda. Nessa parte constata-se que, de acordo com as contas públicas dos meses que se antecederam a novembro de 2022, o Brasil aparenta estar em situação fiscal favorável.

Na terceira parte do trabalho, investigam-se possíveis problemas fiscais futuros. O governo de Jair Bolsonaro abriu espaço, em seu orçamento, para a execução de programas sociais redistributivos. A existência e ampliação de programas do tipo pode ser justificada pela pandemia de COVID-19 que se iniciou durante o mandato do então presidente, mas o escopo do que foi de fato implementado parece ser, à primeira vista, incompatível com uma gestão orçamentária sustentável. Nessa parte, a sustentabilidade desses programas e das ferramentas utilizadas para a criação de tal liberdade fiscal é avaliada.

Por fim, avaliam-se as circunstâncias que antecederam a privatização da empresa Eletrobras. Tal privatização foi avaliada pelo governo em exercício como uma vitória política capaz de reduzir o preço da energia elétrica e tornar o setor elétrico, como um todo, mais eficiente. Os méritos de tal avaliação são discutidos na quarta parte do trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A seguir, expõe-se uma revisão da literatura que apoiará o estudo, começando por artigos que buscam definir o populismo e explicar o seu surgimento e terminando em uma retrospectiva histórica das consequências de longo prazo que podem ser esperadas, uma vez que o populismo passa a guiar a política econômica de uma nação.

2.1. Definição de populismo

Populismo é um conceito nebuloso, cujos contornos não estão nitidamente definidos. Nem sempre é claro o que o adjetivo “populista” significa, e críticos de um político podem ter uma miríade de justificativas para rotulá-lo como tal. Essa carência de clareza inibe o estudo empírico do fenômeno, de forma que há resistência entre economistas a estudar as consequências de tais políticas quantitativamente (REVUELTA e RODE, 2014, p. 2). Para esse estudo, daremos pouca ênfase aos motivos pelos quais esse tipo de discurso surge, optando por definir o fenômeno de acordo com critérios econômicos. Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards (1990), em “Macroeconomic Populism”, definem o populismo econômico como um conjunto de políticas que enfatizam crescimento econômico a partir de uma política fiscal expansionista e subestimam o risco de desequilíbrios macroeconômicos no médio prazo. Inicialmente, essas políticas agradam as parcelas menos favorecidas economicamente, mas, em seguida, podem provocar desequilíbrios nas contas públicas, com reflexos nas dívidas públicas interna e externa. No caso da dívida externa, o desequilíbrio pode provocar escassez de divisas, aumento da inflação e o surgimento de mercados informais, prejudicando a coleta de impostos e agravando o déficit fiscal. Por fim, a única saída viável da situação é uma política de estabilização ortodoxa, com cortes de gastos e queda dos salários reais. Esse tipo de crise econômica deixa a parcela mais pobre da população, supostamente favorecida pela política econômica populista, em situação muito pior do que a inicial. Mais alarmante é a persistência dessa queda nos anos seguintes: o

enfraquecimento institucional e a instabilidade econômica acabam por provocar fuga de capital e redução nos níveis de investimento.

Segundo os elementos apresentados, classificar qualquer governo ideologicamente alinhado à direita como uma experiência populista parece ser incoerente. Apesar disso, alguns autores sugerem que, mesmo em meio a um discurso neoliberal, governos populistas supostamente de direita se utilizam dos mesmos artifícios para solucionar problemas no curto prazo. De fato, a adoção de políticas macroeconômicas populistas se deve mais a situações políticas e econômicas que colocam os líderes de uma nação em posições precárias, onde a manutenção de seu poder no curto prazo está ameaçada (PALERMO, 1998, p. 4). Martin Rode e Julio Revuelta, em “The Wild Bunch! An empirical note on populism and economic institutions”, constatam que governos populistas supostamente alinhados à direita também reduzem os indicadores de liberdade econômica e fazem diminuir a confiabilidade das leis e dos direitos de propriedade em seus respectivos países. Exceto por uma diferença na velocidade com que o tamanho da participação do governo na economia varia uma vez iniciada a experiência populista (governos populistas de esquerda tendem a aumentar essa participação mais rapidamente que governos populistas de direita), as políticas econômicas de ambas as administrações populistas de esquerda e direita parecem ser semelhantes. Também são semelhantes as consequências institucionais e econômicas de médio prazo dessas políticas, o que leva os autores a sugerir o descarte do critério ideológico para caracterizar uma administração populista.

Descartar o critério ideológico não significaria, porém, deixar de observar que governos populistas são sempre acompanhados de um discurso que prega mudanças institucionais radicais e enfatiza a defesa dos interesses dos cidadãos comuns contra um grupo visto como desproporcionalmente influente na política nacional. A identidade do grupo visto como inimigo do povo não é muito importante, com diferentes políticos identificando grupos diversos como aquele contra o qual a população deve lutar. Esse grupo pode ser doméstico (sindicatos, elites econômicas, partidos) ou estrangeiro (organizações internacionais, imigrantes, governos de outros países). Quaisquer grupos políticos que se opõem à visão dos líderes populistas ou têm sua existência

questionada ou são inclusos no nesses grupos “anti-nação” (DE LA TORRE, 2007, p. 11).

2.2. Outras causas

2.2.1. Instabilidade política

Em situações nas quais a posição política do grupo que lidera uma nação está ameaçada, esse grupo sofre pressão constante para, a todo momento, atender a demandas populares, independentemente do grau de sensatez dessa satisfação. Líderes de ideologias diversas – e que foram eleitos com propostas variadas – têm a tendência de adotar políticas macroeconômicas populistas quando há a percepção de necessidade de resultados convincentes no curto prazo.

A fragilidade política, e a conseqüente dificuldade de se montar uma coalizão robusta o suficiente para a implementação de uma política econômica estável no longo prazo, frequentemente se manifestam durante crises econômicas. Nesses momentos, é comum que reformas sejam necessárias para corrigir distorções e tornar a economia da nação, como um todo, mais eficiente. Apesar disso, é justamente em situações de crise que tais reformas tendem a ser mal-recebidas pelo público; a saída, frequentemente, é buscar atender as demandas de vários setores naturalmente antagônicos da sociedade, o que muitas vezes só é possível no curto prazo, por meio de expansão de gastos governamentais e reativação da capacidade produtiva da economia (PALERMO, 1998, p. 5).

2.2.2. Globalização

O cenário econômico globalizado, por mudar radicalmente a alocação dos recursos de uma economia, tem capacidade de exacerbar desigualdades, o que torna países excepcionalmente vulneráveis ao populismo. O enfraquecimento de barreiras alfandegárias tem, necessariamente, implicações distributivas, que na maioria das vezes excedem em muito os ganhos produtivos da economia como um todo. Dani Rodrik (2018), em seu artigo “Populism and the economics of globalization”, busca explicar o aparecimento

de conflitos distributivos na medida em que uma economia se junta à economia globalizada. Segundo o autor, pelo menos um dos fatores utilizados na produção nacional de bens cuja importação é facilitada será remunerado, em valores reais, menos do que o era antes da redução das tarifas alfandegárias cobradas na importação desses bens. Se esse fator for, por exemplo, o salário de um perfil específico de trabalhador, esse grupo terá reduções reais em seu poder aquisitivo, que só é parcialmente compensado pelo ganho de eficiência da economia como um todo que resultou da abertura econômica. Mais alarmante é o fato de que, na medida em que barreiras se tornam menos significativas, os ganhos de produtividade que podem ser alcançados com novas reduções de tarifas caem rapidamente, mas a redistribuição de recursos na economia se intensifica.

Existem, naturalmente, inúmeras vantagens que a economia de um país pode ter ao aderir à globalização. A alta mobilidade de capital expandiu o leque de oportunidades ao qual investidores têm acesso, e companhias multinacionais se tornaram capazes de vender seus produtos para grandes mercados outrora isolados, o que também aumentou a produtividade e a remuneração dos profissionais de nível institucional e gerencial. O aumento da quantidade de produtos que circulam através de fronteiras nacionais permitiu que alguns países pobres se utilizassem do menor custo de mão de obra dentro de seus territórios para passar a empregar grandes quantidades de trabalhadores em indústrias voltadas à exportação, fazendo crescer a economia e reduzindo a pobreza entre a população. Em outros países, porém, a globalização acirrou assimetrias já existentes e marginalizou grupos inteiros de trabalhadores. Países de renda alta, em particular, passaram por um processo de desindustrialização, com empresas optando por realizar etapas de produção intensivas em mão de obra em território estrangeiro. A qualidade de vida do trabalhador doméstico de baixo nível educacional, então, acaba sendo reduzida.

Esses acontecimentos não foram surpreendentes, mas até a década de 90 havia um consenso entre economistas de que a abertura ao comércio internacional sempre seria, no total, benéfica aos países que a escolhesse. Sabia-se que a intensificação do volume de trocas entre países tinha implicações redistributivas, mas esperava-se que os ganhos de produtividade

na economia como um todo mais que compensariam as perdas de alguns grupos de agentes econômicos (AUTOR, DORN, HANSON, 2016, p. 2). Países de renda alta, em particular, pareciam estar em uma situação confortável: comparados ao resto do mundo, tinham uma proporção pequena de mão de obra não-qualificada, e essa se beneficiaria da redistribuição parcial dos ganhos da economia como um todo, que seria feita por meio de um Estado de bem-estar social que incluía uma rede de proteção social robusta. A ascensão da China, porém, tornou necessário reavaliar a ortodoxia vigente. Como era de se esperar, países desenvolvidos tiveram seus mercados de trabalho intensamente afetados em locais cujas indústrias estavam expostas à competição chinesa, mas esses mercados demoraram para se ajustar, havendo diminuição duradoura tanto do nível de emprego nessas regiões como nos salários reais pagos aos trabalhadores locais. Além disso, os ganhos esperados nos níveis de emprego em outras atividades não ocorreram.

Um país cuja população está insatisfeita com suas perspectivas econômicas é, invariavelmente, terreno fértil para a polarização política e a consequente aparição do populismo no cenário político nacional. Nas últimas duas décadas, essa insatisfação parece vir, em muitos países, da crescente competitividade da economia internacional. Em seu artigo “Importing Political Polarization? The Electoral Consequences of Rising Trade Exposure”, Kaveh Majlesi, David H. Autor, David Dorn e Gordon H. Hanson (2020) demonstram que regiões estadunidenses cujas indústrias se viram obrigadas a competir com empresas chinesas se tornaram mais politicamente polarizadas que regiões menos diretamente afetadas pela abertura.

2.3. O ciclo populista

Como as políticas econômicas implementadas parecem ser semelhantes independentemente da presença de retórica favorável à redistribuição de recursos em governos populistas, não há, aparentemente, problemas em procurar no governo Bolsonaro indicativos econômicos tradicionalmente associados ao populismo de esquerda. O ciclo populista (DORNBUSCH e EDWARDS, 1990, p. 4) se inicia após um período de profunda insatisfação popular, causada por conflitos distributivos ou baixas taxas de crescimento

econômico por um período prolongado. Essas dificuldades podem ter diversas origens. Geralmente, o país ou foi recentemente governado por uma ditadura militar alinhada à direita ideológica (BITTENCOURT, 2012, p. 2) ou aderiu à globalização econômica de forma rápida e precipitada, reduzindo ou eliminando barreiras alfandegárias de forma que os ganhos totais de produtividade ou são irrisórios ou não compensam a diminuição do poder aquisitivo de parcelas significativas da população (RODRIG, 2018, p. 5). É possível, também, que tentativas passadas de estabilização (frequentemente exigidas pelo Fundo Monetário Internacional) tenham resultado em estagnação ou mesmo depressão econômica, reduzindo de forma significativa a qualidade de vida da maioria da população. Sejam quais forem os motivos, há grande capital político para que sejam tomadas medidas heterodoxas, radicalmente diferentes das anteriores e com claras intenções redistributivas. Há, também, uma desconfiança justificável do eleitor médio em relação à integridade da classe política que o representa, o que faz com que a coalizão que toma o poder imediatamente após a redemocratização tenha dificuldades em convencer o eleitor médio de seu real compromisso com a melhoria do bem-estar da população. Em seu artigo “A Political Theory of Populism” Daron Acemoglu, Georgy Egorov e Konstantin Sonin (2013) argumentam que nessa situação surge um problema de sinalização: a coalizão vencedora se vê obrigada a formatar políticas econômicas explicitamente antagônicas ao grupo que, segundo a percepção do eleitor médio, subverte as instituições democráticas em prol dos próprios interesses, e acabam por deslocar a política econômica resultante para a esquerda do eleitor médio. Os autores argumentam, ainda, que essa necessidade de sinalização existirá sempre que um governo democrático tiver altos níveis de desigualdade e existir o temor, entre os eleitores, de que a classe política está, como um todo, vulnerável a ser corrompida por agentes econômicos poderosos e com interesses contrários aos da população em geral.

De acordo com o paradigma populista (DORNBUSCH e EDWARDS, 1990), a existência de capacidade produtiva ociosa indica potencial para rápida expansão da economia, puxada pelo aumento de demanda. Os riscos de uma gestão orçamentária deficitária e a possibilidade de uma crise de dívida pública são minimizados, e a eventual existência de reservas internacionais permite ao

governo populista manter, pelo menos inicialmente, o próprio câmbio valorizado. Espera-se que o aumento nos gastos públicos não provoque uma elevação significativa das taxas de inflação, pois a reativação da capacidade ociosa da economia permitirá que a oferta acompanhe o crescimento da demanda. Pressões inflacionárias seriam passageiras e poderiam ser contidas por meio de controle de preços. A primeira etapa do ciclo populista, portanto, consiste na tentativa de reativar setores ociosos, redistribuir renda e reestruturar a economia de forma a torná-la menos dependente de fatores externos, geralmente com nacionalizações em setores tidos como essenciais para a soberania nacional. Inicialmente, a prescrição populista parece ter sido acertada: o primeiro ano é marcado por aumentos tanto dos salários do setor público quanto daqueles pagos pelo setor privado. A produção dispara, e quaisquer escassezes têm o seu efeito mitigado por importações. A inflação permanece controlada.

Após um curto período, porém, gargalos começam a surgir na produção nacional, causados tanto pelo aumento súbito na demanda doméstica quanto pela escassez de insumos resultante da redução nas reservas de divisas. Os inventários de produtos para consumo começam a cair de forma alarmante, tornando necessárias medidas como o aumento de preços ou desvalorização cambial. Controles de preços se multiplicam e surge um mercado negro volumoso, prejudicando a arrecadação de impostos. Um ciclo vicioso se inicia: focos inflacionários reprimidos fazem crescer a economia paralela, o que aumenta o déficit fiscal e intensifica a tendência inflacionária da economia. Nessa etapa, é comum o governo fazer tentativas tímidas de estabilização, mas a inconveniência política de reduzir gastos governamentais não permite que o déficit público seja reduzido de forma significativa. A inflação cresce, mas os salários acompanham o aumento nos preços.

Com agravamento da crise de abastecimento, o governo perde o controle sobre a inflação, o que causa fuga de capital e desinvestimento. A produção industrial despenca e a circulação de moeda em valores reais cai abruptamente, destruindo a capacidade do governo de coletar impostos. Não há mais reservas internacionais, e o governo é forçado a abandonar a política econômica populista e tentar uma depreciação radical da moeda nacional, mas é tarde: os salários reais caem a um patamar muito abaixo daquele em que

estavam no início da experiência populista, a inflação está completamente fora de controle, as distorções relativas causadas pela abrangência do controle de preços impedem a normalização da atividade produtiva, a economia paralela efetivamente substitui a economia formal e a classe média empobrece. A política nacional, já instável, se torna caótica, e invariavelmente o governo populista é substituído por outro. Essa substituição pode ocorrer através de uma derrota eleitoral, mas o caos político muitas vezes leva a uma mudança de governo por vias não democráticas.

Na ausência de outras opções, o novo governo adere a políticas de estabilização ortodoxas, mas essas não são suficientes para retornar a economia ao estado inicial. A capacidade produtiva do país está arruinada: o capital que podia dele sair o fez, e a percepção de instabilidade política e econômica impede que novos investimentos sejam feitos. O setor industrial está descapitalizado, e a redução da capacidade produtiva do país se provará persistente nos próximos anos. Como o trabalho não pode sair do país facilmente, o produto interno bruto per capita e, conseqüentemente, os salários, se mantêm em níveis baixos. Desesperado por divisas, o novo governo é obrigado, ainda, a pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional, que imporá medidas draconianas para controlar os gastos do governo e garantir o pagamento do empréstimo, o que significa reduções de salários, demissões em massa, aumento de impostos (frequentemente às custas das parcelas mais pobres da população) e a redução de investimentos. O impacto dessas medidas frequentemente empurra a economia na direção de mais uma recessão, e novas leis trabalhistas dão mais poder aos empregadores, visando o aumento de eficiência na produção. O resultado final da experiência populista é, frequentemente, uma distopia neoliberal.

2.4. O caso brasileiro

As crises, econômica e política, que ocorreram no Brasil nos anos que antecederam a eleição de Jair Bolsonaro favoreceram o aparecimento do populismo como discurso eleitoralmente viável, mas seria um erro classificar esse período como excepcional na política nacional. O Brasil sempre foi um país de instituições democráticas frágeis, tendo sido governado de forma

ditatorial em mais de uma ocasião desde a instalação da República. Proteções a minorias, cujas existências são uma característica de democracias maduras, são vistas com desconfiança pela população em geral. Existe, ainda, a percepção de que o Estado é incapaz de coibir o crime (ou até, conivente com ele), acompanhado de aprovação tácita quando a violência estatal é utilizada de forma desproporcional como resposta a crimes.

A relativa uniformidade religiosa e moral brasileira facilita, também, que candidatos que sinalizem os valores “corretos” ganhem tração eleitoral. O Brasil sempre foi um país esmagadoramente cristão e profundamente conservador, e a ausência de nuances nas percepções políticas permitiu que Bolsonaro oferecesse, aos eleitores, soluções simples para os problemas complexos que assolam o Brasil de forma aparentemente permanente. Bolsonaro se beneficiou, também, de sua reputação como ‘outsider’ político: apesar de ter ocupado cargos eleitorais por trinta anos consecutivos, o fez à margem dos grupos políticos dominantes e representou, durante seus mandatos, diversos partidos pequenos. Essa reputação o poupou da ira popular em um período marcado pela crescente percepção pública de que a classe política nacional era irremediavelmente corrupta, e conferiu legitimidade ao seu discurso moralista.

3. ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS

Se o crescimento do Estado por meio de gestão deficitária é característica que se manifesta em governos populistas independentemente de suas inclinações ideológicas, faz sentido iniciar a análise do governo de Jair Bolsonaro procurando indícios de que houve crescimento das despesas do Governo Central que não seria justificado por um crescimento geral da atividade econômica ou grandes aumentos na arrecadação. Dada a utilidade limitada de estudar variações em receitas e despesas mês a mês, os valores estudados – que estarão todos em preços de outubro de 2022 - serão médias móveis cujos elementos são a sequência do mês considerado mais os onze meses imediatamente anteriores.

3.1. Resultado primário

Dezembro de 2018 se encerrou em cenário de consolidação fiscal: o déficit primário anual, que havia alcançado 2,5% do PIB nacional em 2016, havia sido reduzido a 1,7% do PIB em 2018, abaixo da meta de 2,3% prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Durante o primeiro ano da presidência de Jair Bolsonaro, ambas a receita líquida e a despesa total se mantiveram próximas, com baixa variação na média móvel do resultado primário do Governo Central, que se manteve em torno de R\$ 12 bilhões mensais durante o período.

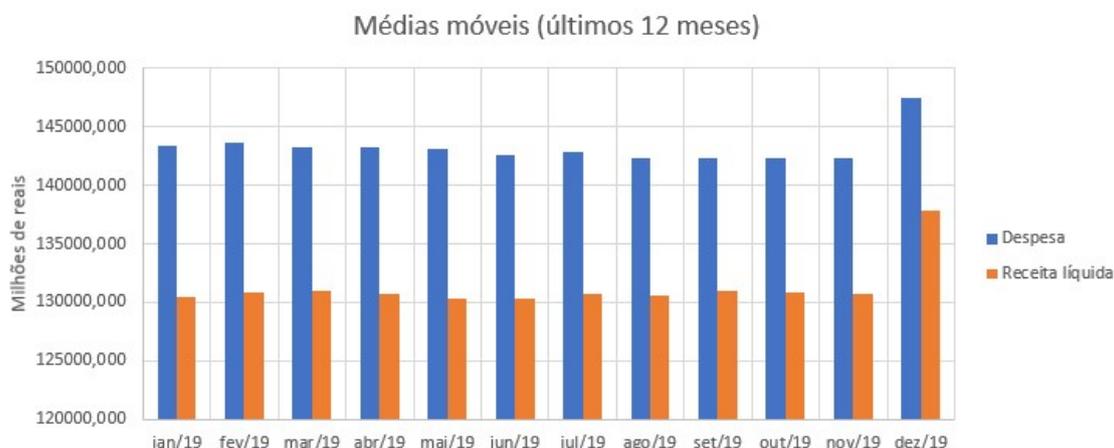


Figura 1: Médias móveis de doze meses da despesa total e da receita líquida da União em 2019. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Em dezembro de 2019, houve o recebimento de recursos relativos à cessão onerosa de petróleo, aumentando a receita líquida do mês em 85 bilhões de reais (valores de outubro de 2022) em comparação a dezembro de 2018. Esse aumento foi parcialmente compensado por um aumento de 62,7 bilhões na despesa líquida explicado principalmente pelo pagamento à Petrobrás decorrente da revisão de contrato de cessão onerosa e pelo aumento das capitalizações de empresas estatais. O resultado final do ano não revela uma maior disposição do governo aumentar seus gastos: o déficit primário do Governo Central foi, naquele ano, de 1,3% do PIB, bem abaixo da meta de 1.9% para o ano.

Com o início da pandemia de COVID-19, há o crescente descolamento dos valores referentes às despesas e receitas do Governo Central. O déficit primário observado durante o ano é, em grande parte, explicado pelo aumento das despesas do poder executivo em combate à crise da COVID-19, que totalizaram R\$ 600,1 bilhões de reais em 2020. Entre as novas despesas, destaca-se o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, programa que totalizou R\$ 19.9 bilhões gastos somente em dezembro de 2020.

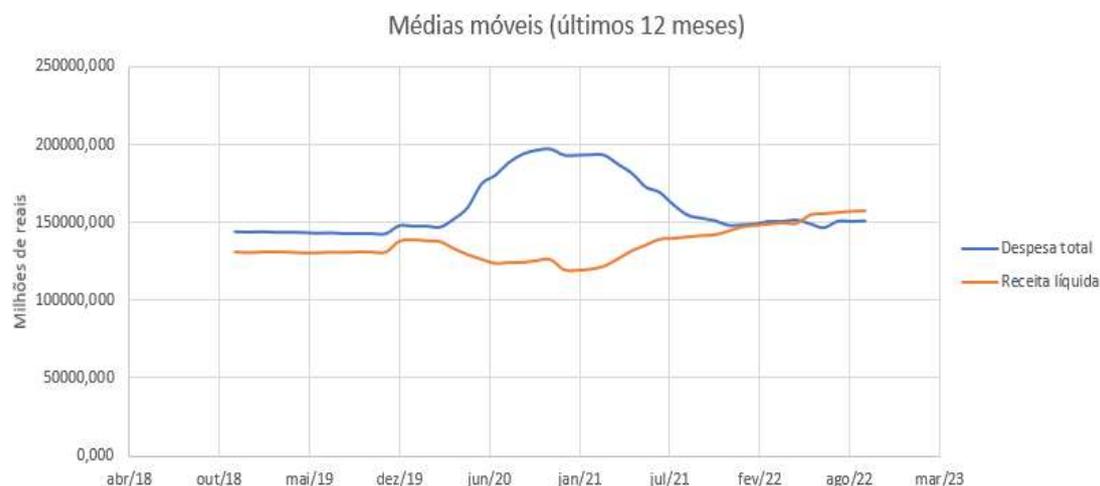


Figura 2: evolução da despesa total e da receita líquida da União entre janeiro de 2019 e outubro de 2022. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Esse descolamento aparenta ter-se encerrado em 2021. O resultado primário do governo central, que havia sido deficitário em R\$ 856,2 bilhões no

ano anterior, foi de apenas R\$ 36,7 bilhões em 2021, apontando o fim, ou, pelo menos, a suavização do estado de emergência iniciado com a eclosão da pandemia. Durante o ano, a despesa total permaneceu em patamares acima daqueles anteriores à pandemia, o que foi compensado pelo aumento da receita, impulsionado pela recuperação da atividade econômica. Durante o ano de 2021, houve melhora dos principais indicadores macroeconômicos com impacto na arrecadação de tributos: a atividade industrial cresceu 5,6%, a venda de serviços aumentou em 9,5% e o valor das importações (medido em dólares) cresceu 32,9%. 2021 teve um saldo positivo de três milhões de empregos, aumentando a arrecadação líquida para o RGPS, e a receita resultante da exploração de recursos naturais subiu com a recuperação do preço do barril de petróleo para 71,5 dólares. As tendências iniciadas em 2021 continuaram em 2022, de forma que, em outubro desse ano, o resultado primário médio dos últimos doze meses foi de superávit, com déficit nominal médio de R\$ 34,9 bilhões por mês. Nesse período, o acumulado em 12 meses da arrecadação total do Governo Central teve máxima histórica de R\$ 2,34 trilhões.

3.2. Perfil da despesa

A presidência de Jair Bolsonaro não causou alterações alarmantes no resultado nominal do Governo Central, mas foi marcada por alterações radicais na natureza das despesas nacionais.

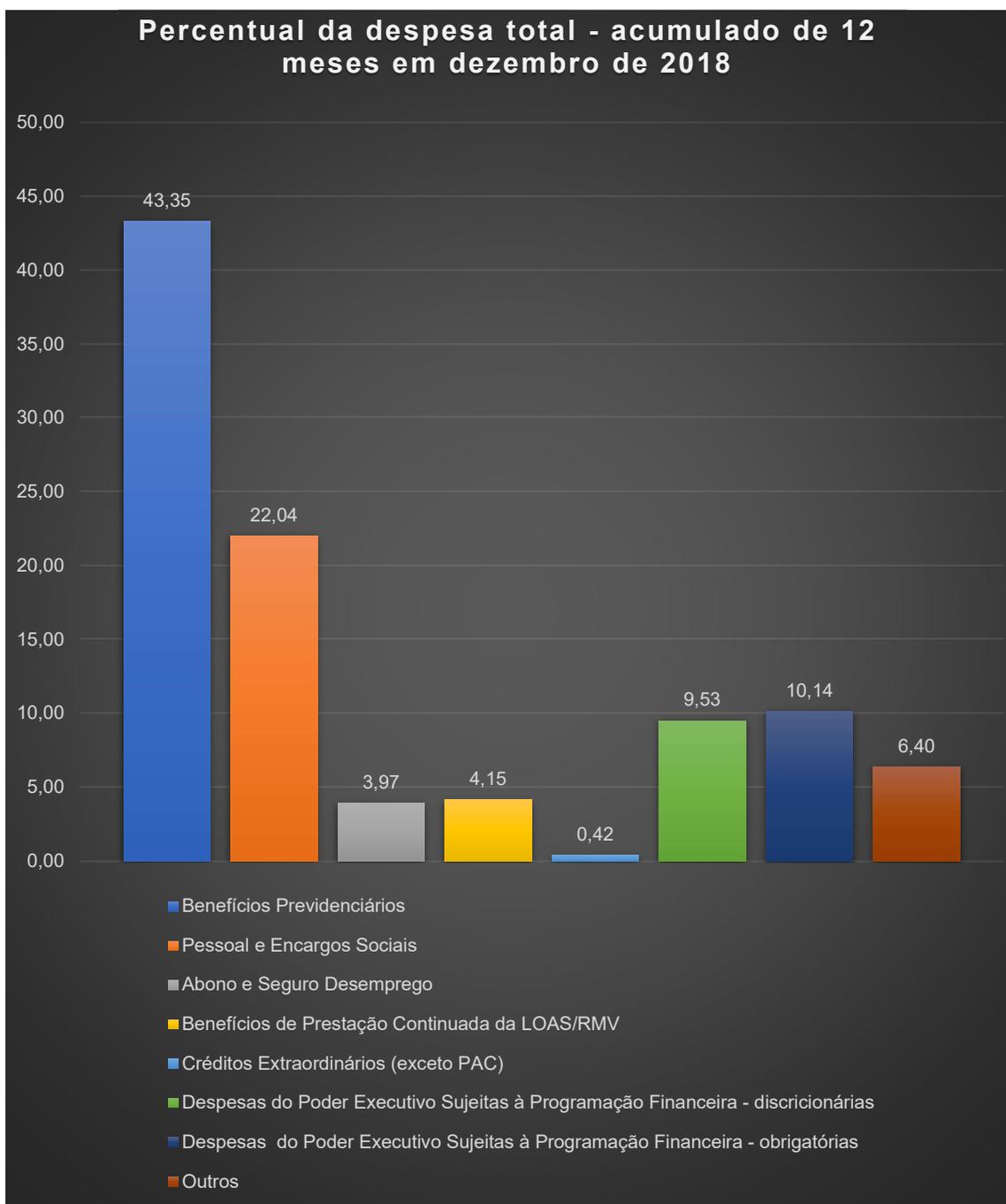


Figura 3: Composição da despesa total da União em 2018. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

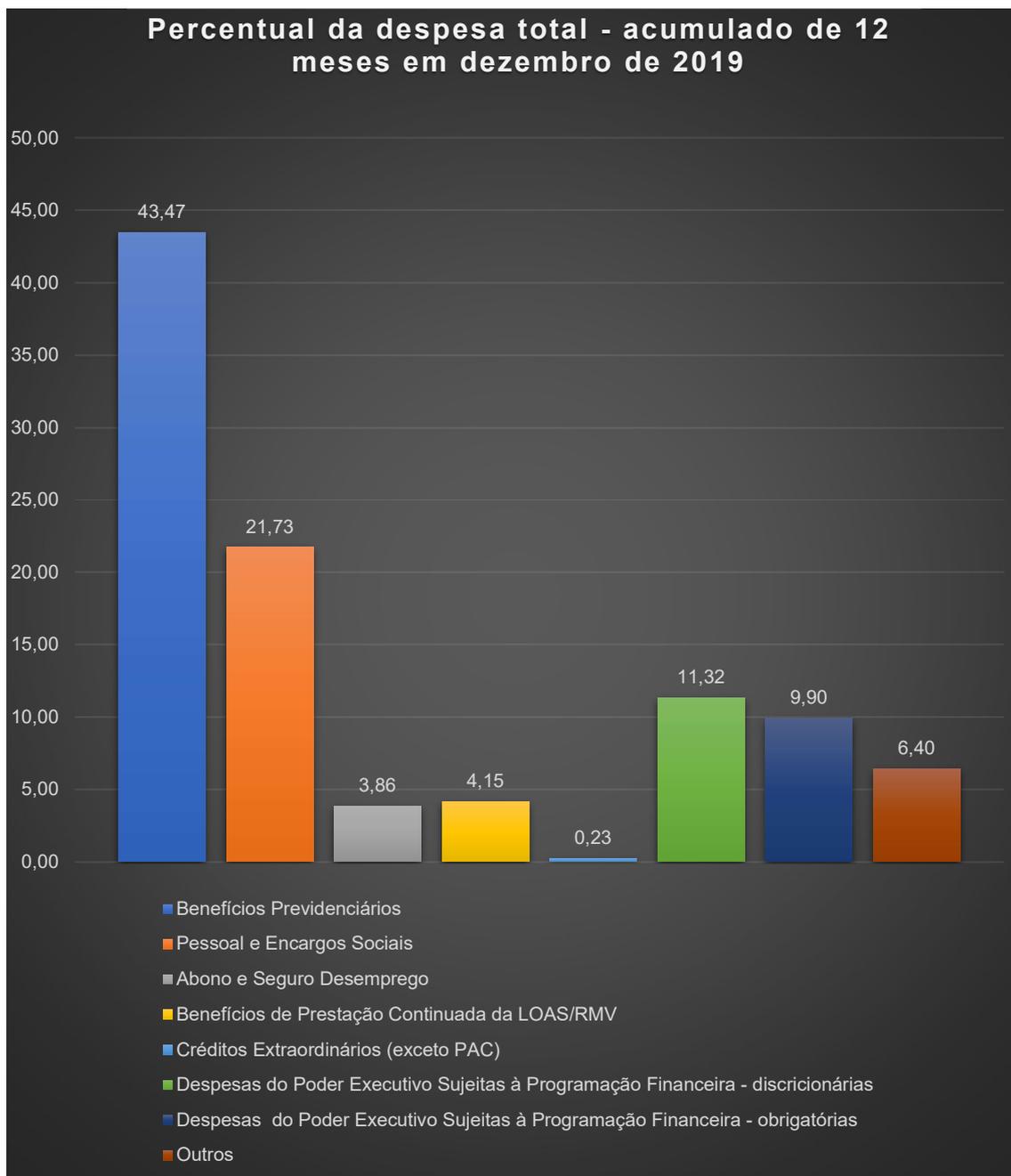


Figura 4: Composição da despesa total da União em 2019. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Após um primeiro ano de estabilidade na composição das despesas do Governo Central, o perfil dos gastos governamentais começa a se alterar em abril do ano de 2020, com o agravamento da pandemia de COVID-19. As despesas referentes ao enfrentamento da crise, em geral, foram classificadas como despesas obrigatórias, concentradas nas categorias de “Créditos Extraordinários” e, em menor grau, “Subsídios, Subvenções e Proagro”, categoria que inclui a concessão de financiamentos, por parte do Governo

Central, para o pagamento da folha salarial de empresas. Uma outra mudança expressiva, esta na direção de redução das despesas, foi a alteração do cronograma de pagamentos de precatórios, que foram reduzidos em 96,9% quando comparados àqueles efetuados em abril do ano anterior. O pagamento de precatórios parece ter sido normalizado em junho do mesmo ano, quando estes totalizaram R\$ 24,3 bilhões.

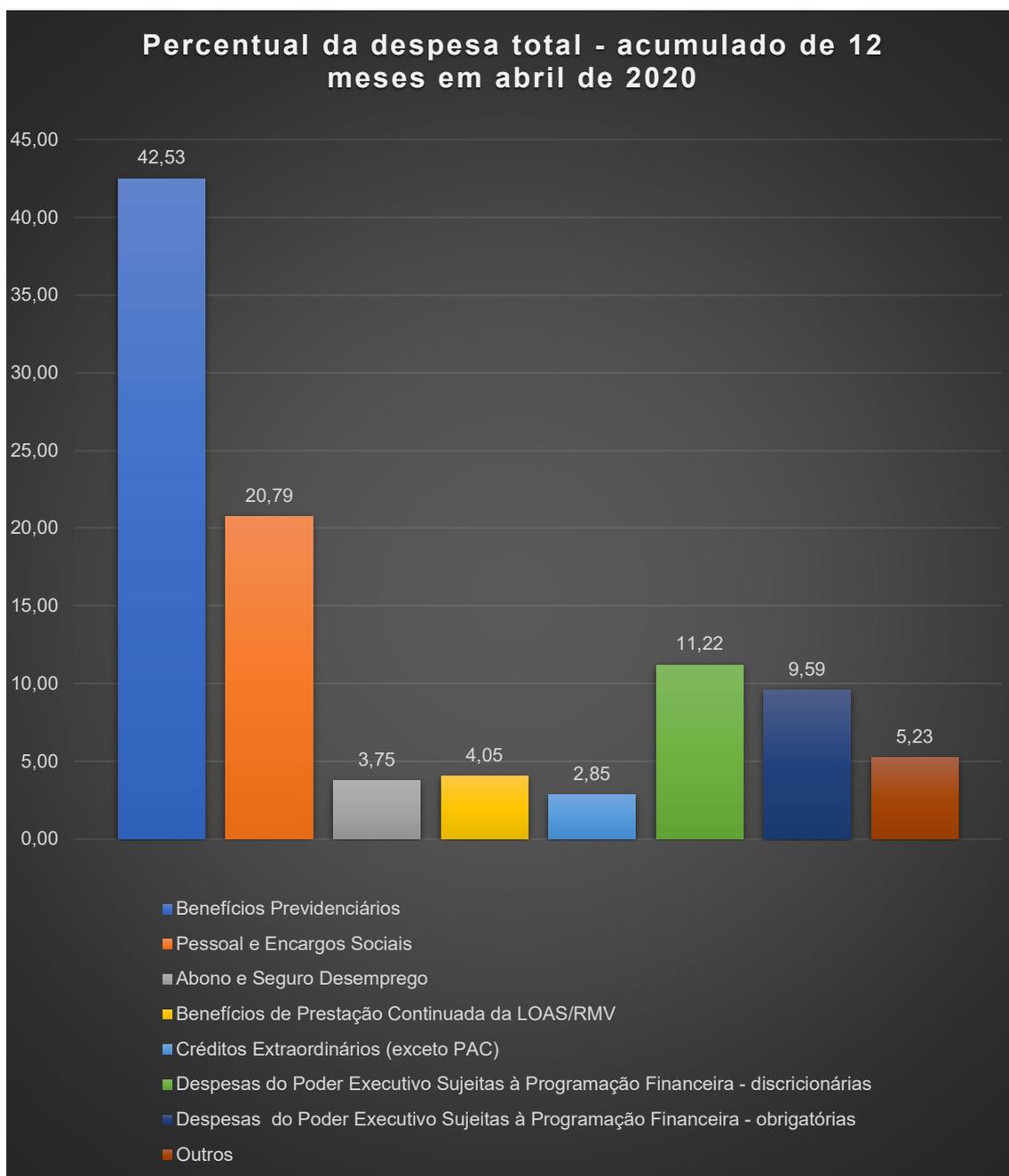


Figura 5: Composição da despesa total da União entre maio de 2019 e abril de 2020. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

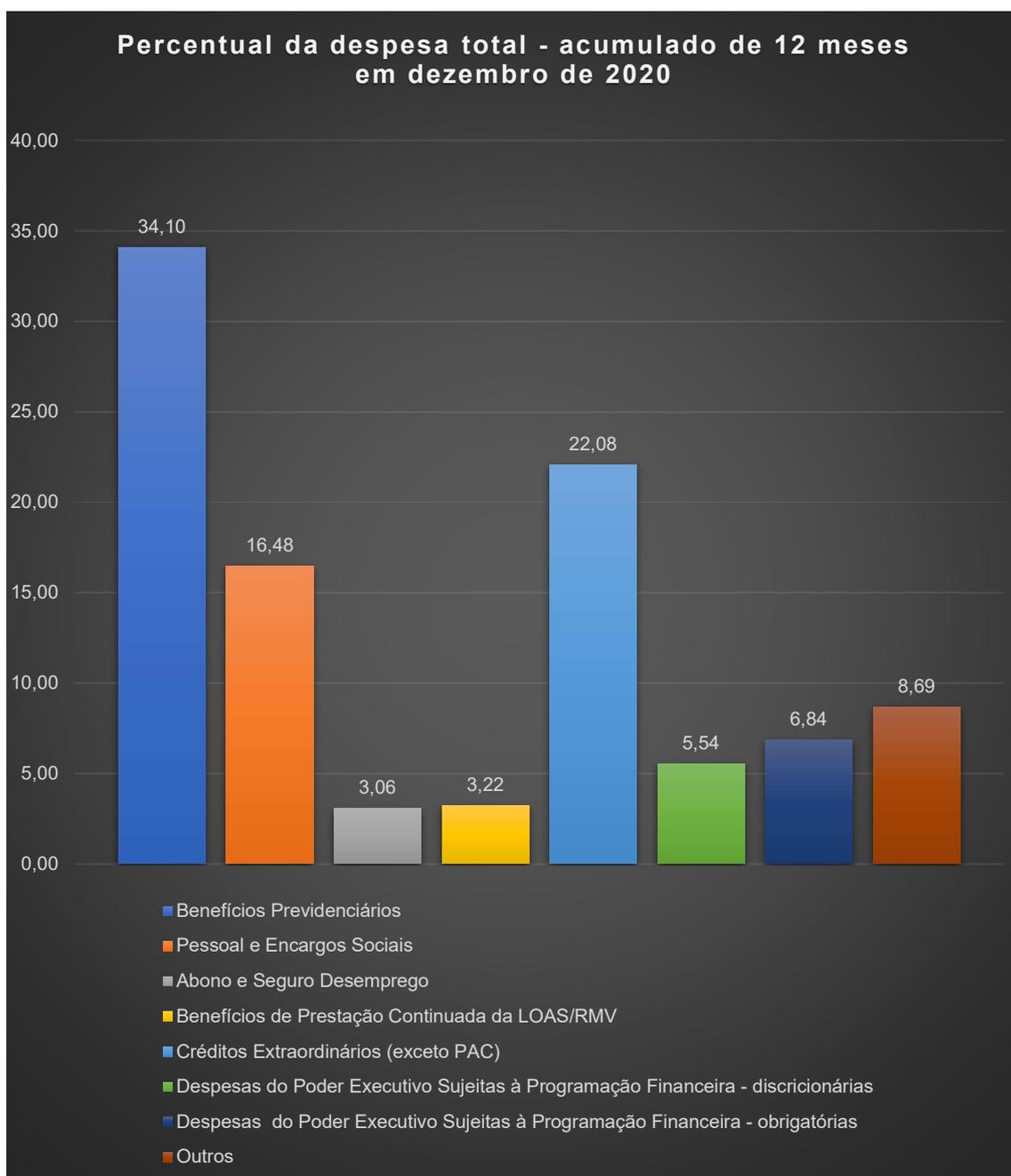


Figura 6: Composição da despesa total da união em 2020. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Da despesa total do Governo Central em 2020, 22,08% foi sob a classificação de “Créditos Extraordinários”, cenário condizente com medidas excepcionais na contenção da crise deflagrada pela pandemia de COVID-19. A redução nas despesas do poder executivo obrigatórias com controle de fluxo é explicada pela redução nos pagamentos do benefício Bolsa Família, que foi temporariamente substituído pelo auxílio emergencial, enquanto as despesas

discricionárias do poder executivo caíram devido ao pagamento, em 2019, da cessão onerosa à Petrobrás.

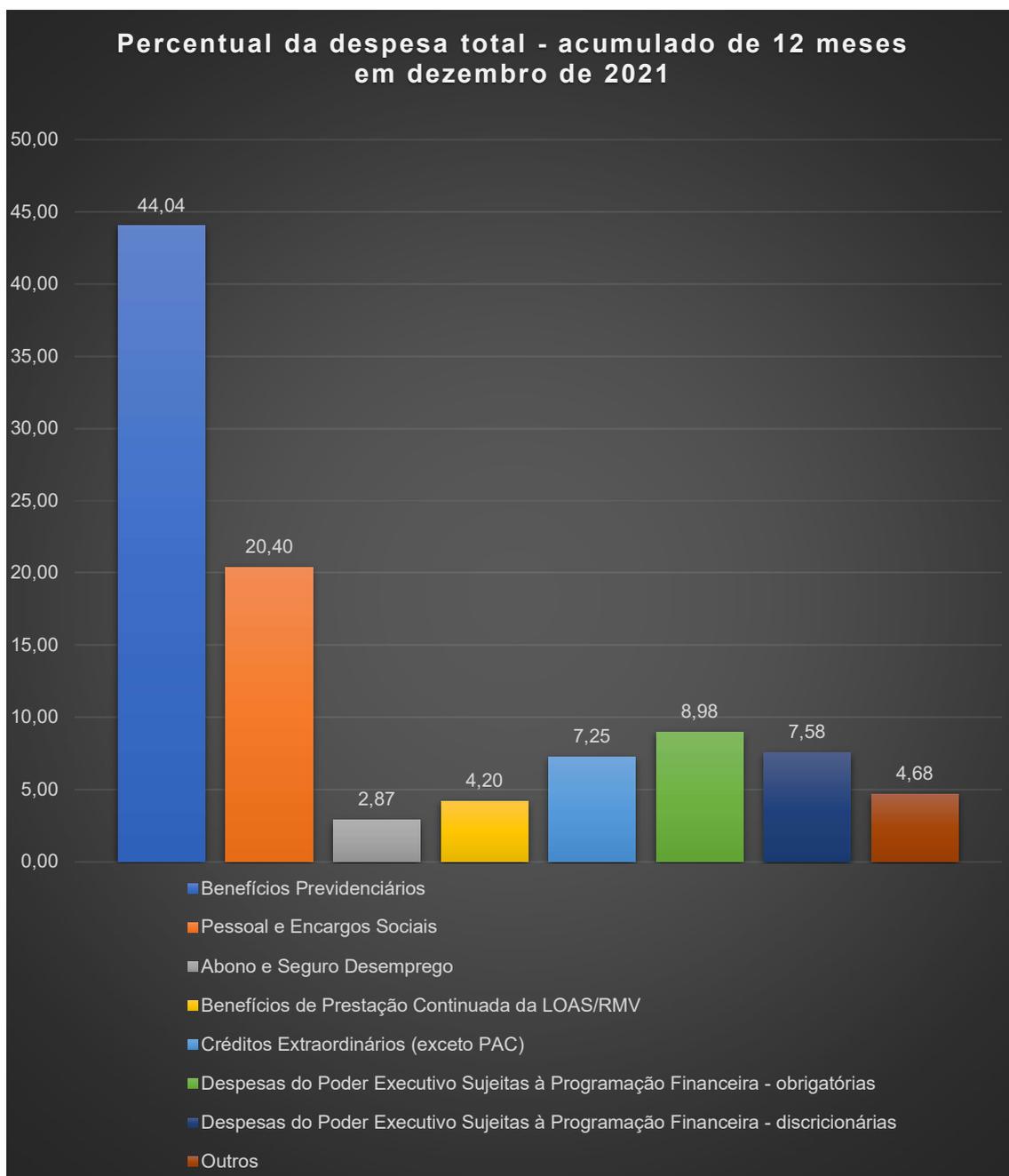


Figura 7: Composição da despesa total da União em 2021. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

No ano de 2021 houve redução significativa dos gastos em resposta à pandemia de COVID-19. Em comparação a 2020, houve redução de R\$ 383,7 bilhões nas despesas sob a rubrica de créditos extraordinários e de R\$ 17 bilhões em subsídios e subvenções. O apoio financeiro a Estados e Municípios,

que havia totalizado R\$ 93,6 bilhões em 2020, foi reduzido a zero no ano seguinte. Em geral, a composição da despesa em 2021 se aproximou da registrada em 2019, dando a impressão de retorno gradual à normalidade. Os dez meses seguintes parecem ter confirmado essa tendência: despesas sob o agregado “Créditos Extraordinários” continuaram perdendo significância, enquanto as despesas discricionárias (aqui consideradas como a soma de ambos os tipos de despesas do poder executivo sujeitas à programação financeira) se elevaram a níveis ligeiramente acima daqueles que haviam ocupado em 2019.

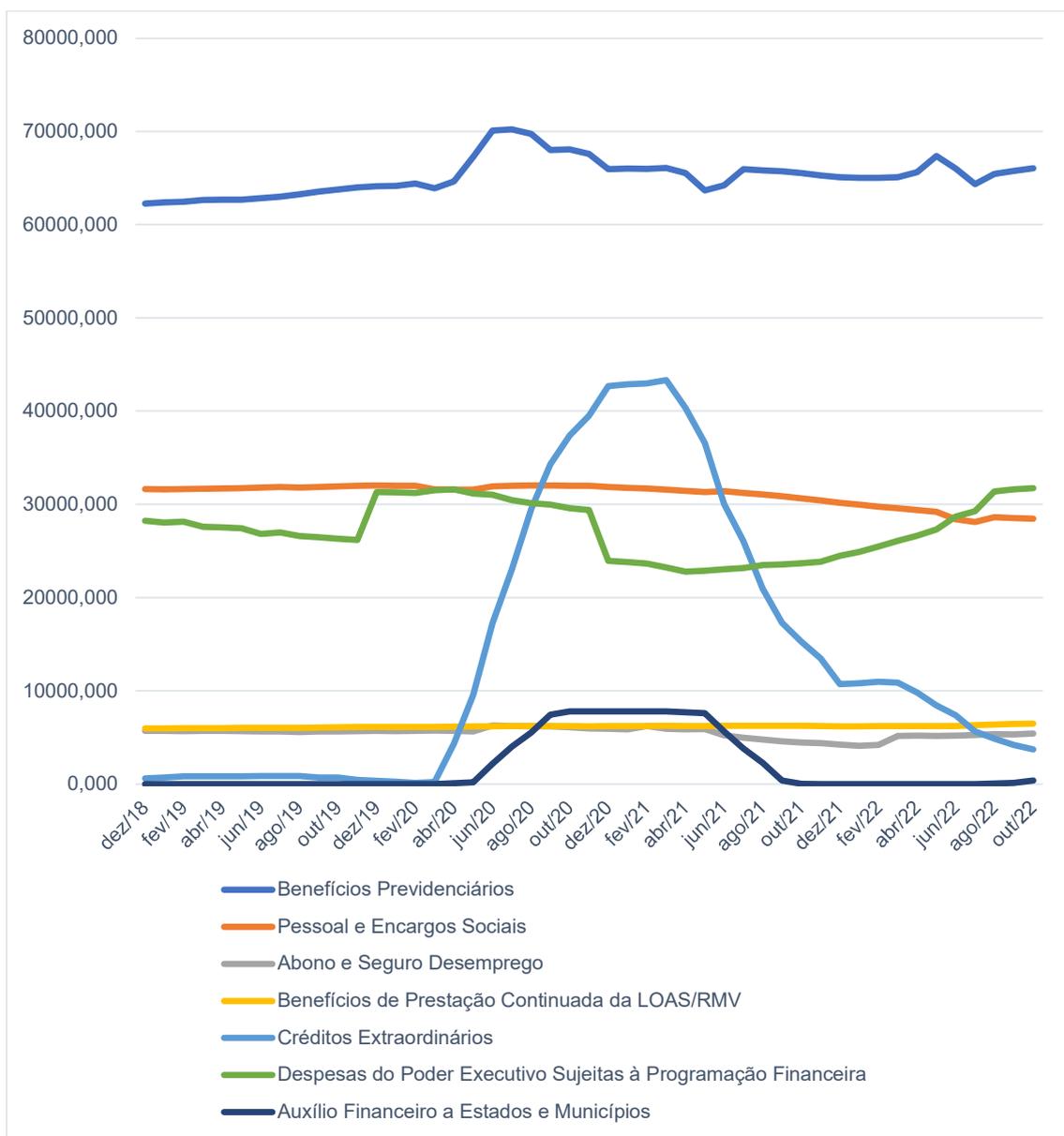


Figura 8: Evolução das principais categorias de despesas da União durante o mandato de Jair Bolsonaro. Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Um olhar exclusivamente direcionado às receitas e despesas mensais do Governo Central não revelam tendências a descontrole de gastos. Pelo contrário, quando excluídos os gastos com a mitigação da crise deflagrada pela pandemia de COVID-19, verifica-se um esforço de contenção fiscal generalizado: o déficit em 2021, equivalente a 0,4% do produto interno bruto brasileiro referente ao mesmo período, foi o melhor resultado anual para o Governo Central desde 2013. O desempenho real foi melhor do que as expectativas oficiais, que esperavam, em abril de 2021, terminar o ano com um déficit equivalente a 3% do produto interno bruto do ano. Ainda executando parte das medidas de combate aos efeitos econômicos e sociais da pandemia, o Governo Central parece ter equilibrado seu orçamento, com a maioria dos agregados de despesa caindo em termos reais uma vez excluídos os gastos com a pandemia.

4. BOMBA FISCAL?

Para prever potenciais problemas associados a gestões orçamentárias deficitárias, porém, é necessário deslocar o olhar para além do ano corrente. Algumas despesas futuras parecem, de relance, ser problemáticas para o exercer de disciplina fiscal em orçamentos futuros.

4.1. Auxílio Brasil

O Auxílio Brasil, programa de transferência de renda que substituiu o Bolsa Família, foi instituído em outubro de 2021 e teve rápido aumento na quantidade de beneficiários entre sua implementação e as eleições de 2022. O Bolsa Família contemplava, no momento de sua extinção, 14,7 milhões de famílias e custava aos cofres públicos 36,9 bilhões de reais, em valores de outubro de 2022, anualmente. O número de famílias beneficiadas ultrapassou 21 milhões em outubro de 2022, com um repasse médio de 609,65 reais. Assumindo doze parcelas anuais, uma expectativa razoável considerando que não houve uma décima terceira parcela em 2022, o valor total do programa superaria os 150 bilhões de reais em 2023, valor que seria incluso no agregado “despesas obrigatórias com controle de fluxo”, que em 2021 teve um valor total de R\$ 159,3 bilhões (valores de outubro de 2022). O Auxílio, na forma como existe atualmente, custará aos cofres públicos, em 2023, 8,7% do valor total das despesas de 2021. A radical expansão do programa durante um ano eleitoral aponta para uma medida com o objetivo de conquistar votos em um momento em que a posição política do chefe de estado era tida como vulnerável, e não parece condizente com o esforço fiscal feito nos anos anteriores.

4.2. Despesas com pessoal

Durante o governo Bolsonaro os salários do funcionalismo público estagnaram, sofrendo fortes perdas salariais devidas à inflação. Houve relutância por parte dos governos subsequentes ao impeachment de Dilma Roussef a conceder reajustes, com algumas categorias tendo seu último

reajuste salarial em 2017. Isso se refletiu em uma tendência ao decréscimo, em valores reais, do volume de gastos com pessoal do Governo Central durante o governo de Jair Bolsonaro. O congelamento salarial a relutância em realizar novos concursos acabaram por reduzir os gastos com o ativo civil do funcionalismo público em 5,3%, em valores reais, entre os anos completos de 2018 e 2021. Nota-se que, no mesmo período, os gastos com militares da ativa cresceu em 9,2%, o que não condiz com uma narrativa de esforço fiscal generalizado.

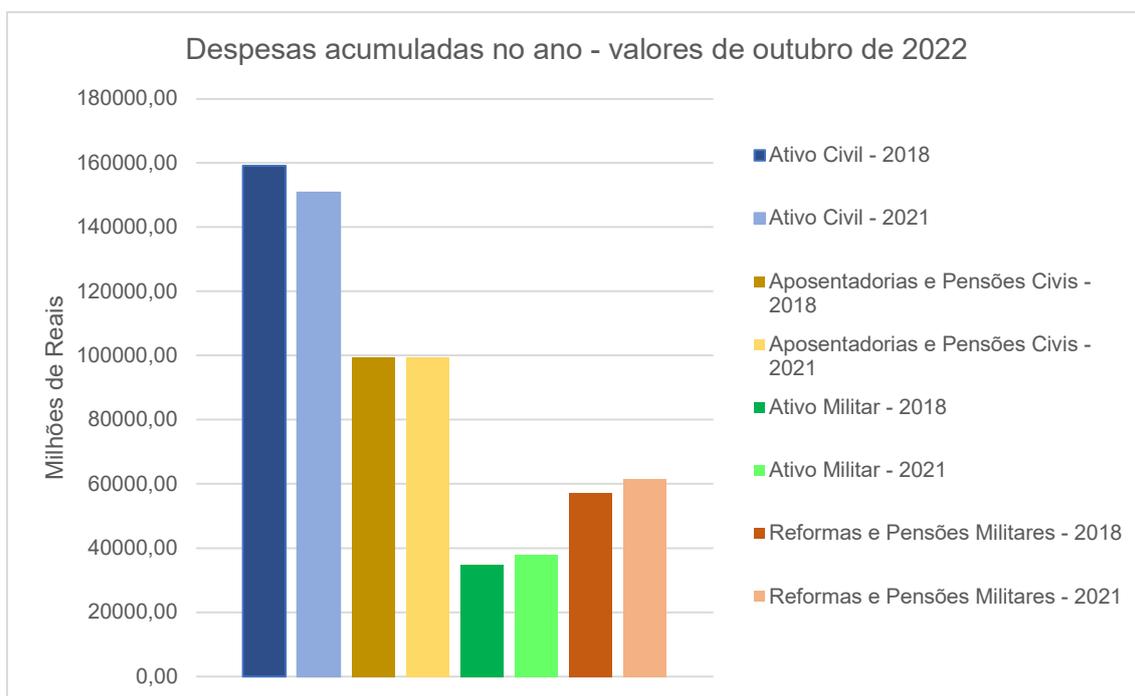


Figura 9: Gastos com pessoal do Governo Central em 2018 e 2021. Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria.

A defasagem salarial – a inflação de 30% entre dezembro de 2018 e outubro de 2022 equivale a uma perda de 23,1% do poder de compra de servidores públicos durante o mandato de Jair Bolsonaro – significa que a nova administração assume já sob pressão para recompor parte das perdas salariais ocorridas durante o período.

4.3. Precatórios

Em 16 de dezembro de 2021, foi promulgada ao texto constitucional a Emenda Nº 114, que limitava, até o fim de 2026, a alocação de recursos para o pagamento de sentenças judiciais. Sobre a emenda, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal emitiu uma nota técnica ainda em 2021 em que os impactos das medidas, tanto para o teto de gastos quanto para o estoque de precatórios não pagos, eram estimados.

Segundo a nota, em acordo com manifestação da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, o espaço fiscal aberto já no ano de 2022 em decorrência da medida alcançaria 44,6 bilhões de reais. A nota destaca, no entanto, que o ministério não forneceu publicação sobre a memória de cálculo que possibilitou a estimativa. Não havia, portanto, segurança sobre os efeitos precisos da PEC no teto de gastos. Qualquer que fosse o valor preciso, esse espaço seria aberto sob o custo de transformar os precatórios não expedidos em uma possível bomba fiscal.

A projeção de impacto desenvolvida pela Consultoria de Orçamento considera que a tendência linear de crescimento real nos valores de precatórios expedidos observada no intervalo de 2010 a 2021 se manterá nos próximos anos.

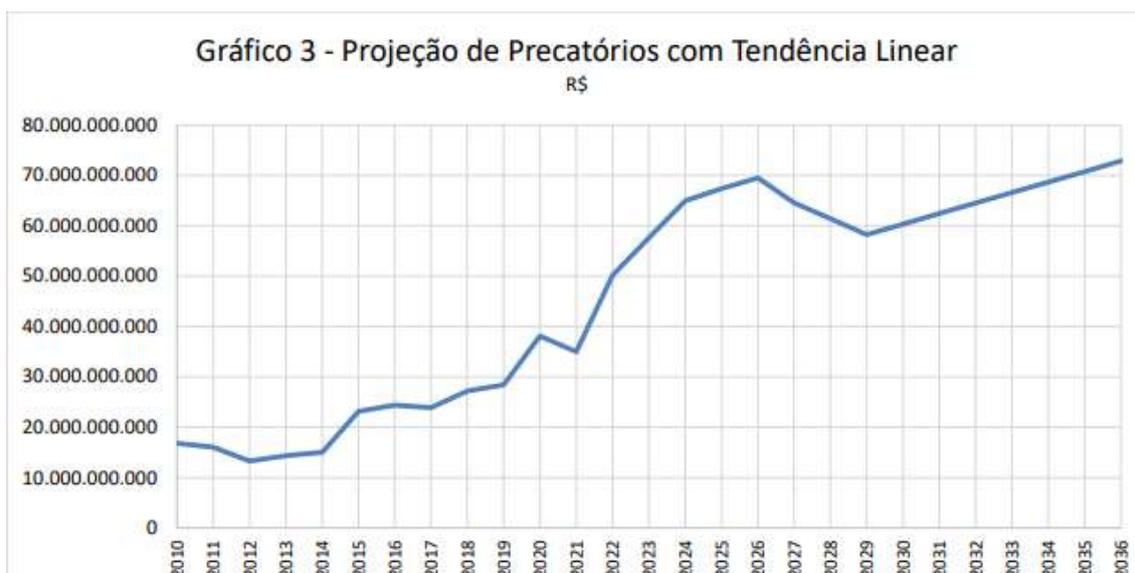


Figura 10: Valor total dos precatórios expedidos entre 2010 e 2021, com projeção futura de precatórios. Fonte: Nota informativa sobre a PEC 23/2021, de 10/11/2021, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Elaboração do autor.

O principal cenário simulado na nota leva em consideração essa tendência linear e os valores previstos para juros e inflação no Boletim Focus. Além disso, a Consultoria assume que 20% dos credores aderirão ao recebimento antecipado de precatórios com desconto de 40%. Com essas premissas, foram feitas as seguintes projeções:

- I. O espaço aberto no teto de gastos primários seria de 43,5 bilhões em 2022;
- II. O estoque de precatórios alcançará R\$ 1,2 trilhão em 2036, ano do término da vigência do teto de gastos; e
- III. O atraso no pagamento dos precatórios alcançaria 8 anos em 2036.

O gráfico seguinte, o quinto da nota técnica, ilustra essas projeções:

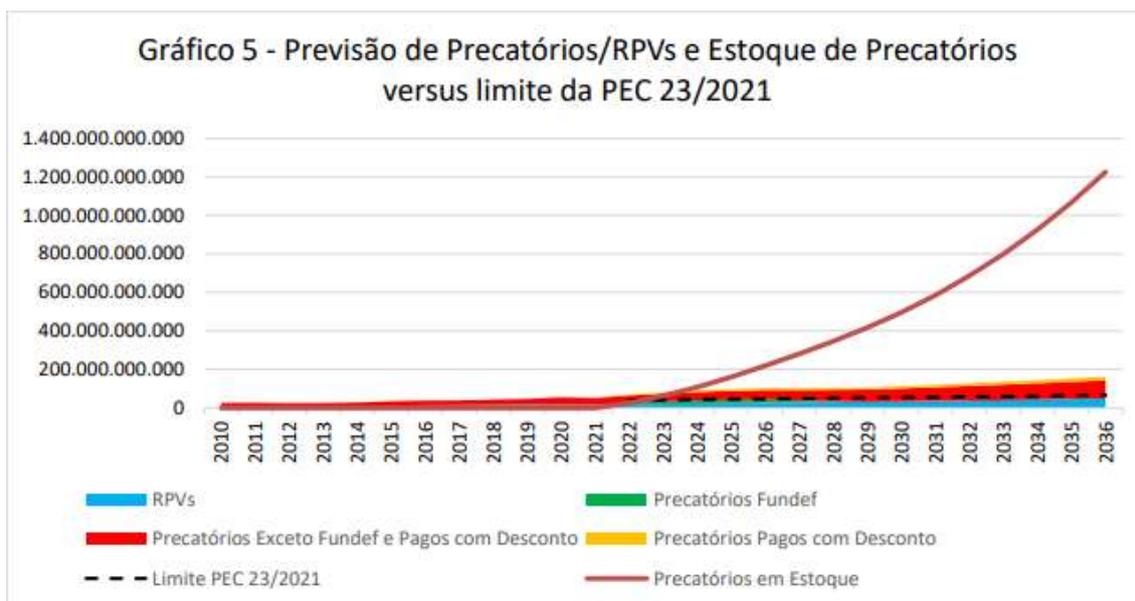


Figura 11: Limite para pagamento de precatórios previsto na PEC 23/2021 versus previsão de estoque de precatórios até 2036. Fonte: Nota informativa sobre a PEC 23/2021, de 10/11/2021, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Elaboração do autor.

O quarto gráfico da nota técnica é uma ampliação do quinto, feita sem a linha referente aos precatórios em estoque:

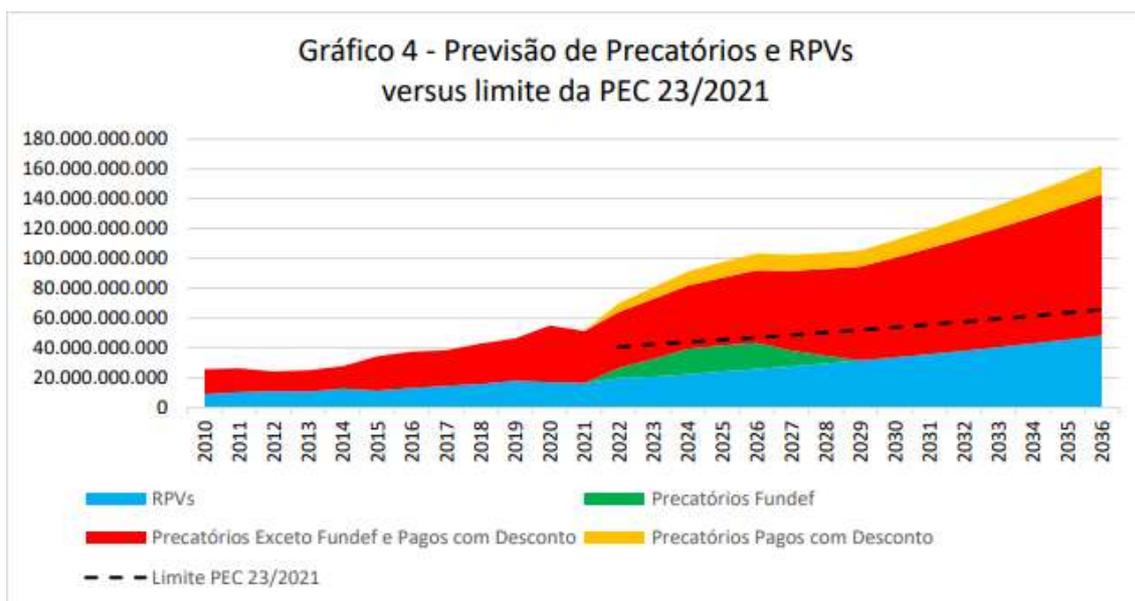


Figura 12: Previsão de novos precatórios expedidos entre 2022 e 2036 versus limite de pagamento previsto na PEC 23/2021. Fonte: Nota informativa sobre a PEC 23/2021, de 10/11/2021, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Elaboração do autor.

Diante desses valores, parece claro que a PEC foi uma medida tomada sem preocupações com sua sustentabilidade no longo prazo, com o objetivo de financiar um programa de transferência de renda em ano eleitoral.

5. ENERGIA ELÉTRICA

O plano de governo de Jair Bolsonaro incluía privatizações e extinções de empresas estatais, o que é condizente com a promessa de campanha de redução da participação do Estado na economia brasileira. Dos desinvestimentos que de fato ocorreram durante seu mandato, nenhum foi maior que a privatização da Eletrobras, que arrecadou R\$ 67 bilhões em valores nominais. A privatização foi feita por meio de oferta pública de ações: a União aumentou o capital social da empresa, diluindo sua participação e renunciando ao controle da empresa, que passou a não ter um controlador definido.

A privatização da Eletrobras foi condicionada à alteração dos Contratos de Concessão para as usinas hidrelétricas da empresa sob o regime de cotas criado pela Lei nº 783. No novo regime, essas usinas deixariam de comercializar, compulsoriamente, energia por um preço fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, passando então a ter liberdade para escolher entre o mercado regulado e o mercado livre.

Segundo a exposição de motivos elaborada pelos então Ministro da Economia e Ministro de Minas e Energia, a medida provisória tinha como objetivo recuperar a capacidade da Eletrobras de participar de forma competitiva no mercado nacional de energia elétrica. O projeto de crescimento econômico brasileiro, segundo os ministros, tornava necessários investimentos em montantes expressivos no setor elétrico, investimentos que a Eletrobras era incapaz de realizar na configuração anterior à sua privatização. O documento também afirma que o impacto tarifário seria mitigado pelo valor adicional do Contrato de Concessão, a metade do qual seria destinado à Conta de Desenvolvimento Energético, conta cujo objetivo é de custear os subsídios presentes nas tarifas de energia elétrica.

A desestatização foi apresentada ao público como uma medida com o potencial de reduzir, de forma expressiva, as tarifas pagas pelos consumidores de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia esperava que, com o aumento dos fundos destinados a subsídios e o potencial aumento de competitividade e eficiência no mercado de energia que se seguiria à privatização da empresa, esses preços teriam redução de 5% a 7%. A lei que

de fato foi aprovada, porém, não aparenta ser capaz de alcançar esse objetivo, seja no curto ou no longo prazo. Em 2020, a tarifa máxima praticada pelas usinas sob o regime de cotas, acrescido do risco hidrológico, foi de R\$ 93 por megawatt-hora. No ano seguinte, a tarifa média praticada pelas usinas fora desse regime foi de R\$ 222; espera-se, portanto, um aumento das tarifas praticadas pelas usinas recém-“descotizadas”. Pode-se argumentar, inclusive, que o aumento de subsídios às tarifas está condicionado à possibilidade de praticar tarifas maiores, pois os novos fundos destinados à Conta de Desenvolvimento Energético se originam no aumento de valor do Contrato de Concessão.

A lei inclui, ainda, a contratação de usinas termelétricas com o objetivo de mitigar o risco hidrológico à segurança energética de um país cuja energia elétrica se origina, majoritariamente, de usinas hidrelétricas. Segundo nota divulgada em junho de 2021 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, porém, a medida provisória prevê a instalação de termelétricas em regiões onde não há demanda ou infraestrutura de gasodutos e reserva mercados, em leilões futuros, para Pequenas Centrais Hidrelétricas pouco competitivas. A Federação estimou que, nos 30 anos seguintes à capitalização da Eletrobrás, os consumidores de energia elétrica pagariam, coletivamente, R\$ 400 bilhões a mais do previsto caso a privatização não ocorresse.

A instalação de novas usinas termelétricas e a reserva de mercado para pequenas centrais hidrelétricas não estavam previstas na exposição de motivos encaminhada ao presidente da República. O texto final da lei de conversão é significativamente diferente da medida provisória originalmente enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, indo muito além do escopo da proposta original e potencialmente custando centenas de bilhões ao consumidor final. O processo de privatização não parece revelar, portanto, pujança política e um consenso legislativo em torno do desenvolvimento da economia brasileira, e sim um Poder Executivo politicamente vulnerável sendo obrigado a fazer inúmeras concessões para avançar um projeto para cuja execução não dispõe de capital político suficiente.

6. CONCLUSÃO

No período avaliado neste trabalho, as receitas líquidas e as despesas totais da União, cujos valores estavam próximos até o início do mandato de Jair Bolsonaro, se descolaram de forma significativa, com R\$ 856,2 bilhões de déficit primário no ano de 2020 (valores de outubro de 2022). Isso não significa, necessariamente, que o novo governo tinha inclinações populistas: os novos gastos tiveram como objetivos a manutenção de renda e empregos e o impulso à demanda, mas o país estava em meio a uma situação emergencial atípica, e as contas públicas parecem ter se equilibrado já a partir do ano seguinte. As despesas da União, que se alteraram significativamente durante o auge da pandemia de COVID-19, voltaram a ter um perfil semelhante àquele verificado em dezembro de 2019, o último ano anterior à eclosão da emergência, e o déficit primário em 2021 foi de apenas R\$ 36,7 bilhões.

As contas públicas parecem ter encerrado os últimos meses de 2022 em equilíbrio, mas uma análise das despesas futuras do governo brasileiro revela um panorama preocupante. Despesas parecem ter sido criadas além do que seria fiscalmente responsável, e espaço fiscal para utilização do Poder Executivo foi temporariamente aberto por meio do adiamento do pagamento de precatórios e congelamento salarial do serviço público. O Auxílio Brasil, programa criado em 2021 para substituir o Bolsa Família, parece excessivamente oneroso aos cofres da União, com um custo estimado superior a 150 bilhões de reais já em 2023, e se expandiu radicalmente durante um ano eleitoral em que a administração se encontrava politicamente vulnerável.

A fragilidade política da administração fez-se sentir, inclusive, na política de privatizações. A redução da participação do governo na economia por meio de privatizações – política condizente com uma administração ideologicamente liberal - estava presente no plano de governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral, onde a campanha de Bolsonaro propôs reduzir em 20% o volume da dívida pública por meio de privatizações, concessões e vendas de propriedades imobiliárias da União. Essa redução equivaleria a uma quantia superior a 1 trilhão de reais de arrecadação, valor mais de três vezes superior ao que de fato foi alcançado. A privatização da Eletrobrás exemplificou as dificuldades enfrentadas pela administração: a lei que de fato foi aprovada foi

além do escopo da proposta inicial e não parece ter sido capaz de fazer caírem as tarifas de energia elétrica, que subirão, em média, 5,6% em 2023 de acordo com projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O termo “populismo” é notoriamente flexível, e o fenômeno que o tem como nome é difícil de definir com precisão, mesmo quando a tentativa de fazê-lo leva em consideração somente critérios econômicos. Características comumente associadas a administrações populistas podem surgir de várias formas e por motivos diferentes, e uma administração populista não necessariamente adere a todas as políticas associadas ao fenômeno. Não é possível, portanto, postular que Jair Bolsonaro definitivamente liderou uma administração populista, mas percebe-se que o arsenal político do governo incluía instrumentos tipicamente associados ao fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; EGOROV, Georgy; SONIN, Konstantin. A political theory of populism, **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, Reino Unido, v. 128, n. 2, p. 771-805, 2013.

AUTOR, David; DORN, David; HANSON, Gordon. The China shock: learning from labor-market adjustment to large changes in trade, **Annual Review of Economics**, 1875 S Grant St., Suite 700, San Mateo, California, Estados Unidos da América, v. 8, p. 205-240, 2016.

AUTOR, David *et al.* Importing Political Polarization? The Electoral Consequences of Rising Trade Exposure, **IZA Institute of Labour Economics**, Schaumburg-Lippe-Straße 5-9, 53113 Bonn, Alemanha, v. 110, n. 10, 2020.

BITTENCOURT, Manoel. Democracy, populism and hyperinflation: some evidence from Latin America, **Economics of Governance**, Alemanha, v. 13, p. 311-332, 2012.

DE LA TORRE, Carlos. The resurgence of radical populism in Latin America, **Constellations**, 350 Main Street, Malden, Estados Unidos da América, v. 14, n. 3, p. 384-396, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. Macroeconomic populism, **Journal of Development Economics**, Holanda do Norte, v. 32, p. 247-277, 1990.

PALERMO, Vicente; COLLINS, John. A Political Approach to Argentina's 1991 Convertibility Plan, **Latin American Perspectives**, Riverside, Estados Unidos da América, v. 25, n. 5, p. 36-62, 1998.

REVUELTA, Julio; RODE, Martin. The Wild Bunch! An empirical note on populism and economic institutions, **Economics of Governance**, Alemanha, v. 16, n. 1, p. 73-96, 2014.

RODRIK, Dani. Populism and the economics of globalization, **Journal of International Business Policy**, v. 1, p. 12-33, 2018.

OUTROS DOCUMENTOS

“As inconsistências jurídicas da privatização da Eletrobras”, artigo de opinião de Cláudio Pereira Souza Neto.

Exposição de Motivos EMI nº 0003/2021, Ministério da Economia e Ministério de Minas e Energia.

Nota divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo em junho de 2021 tratando da privatização da Eletrobras.

Nota informativa sobre a PEC 23/2021, de 10/11/2021, elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

“O caminho da prosperidade”, plano de governo apresentado pela campanha de Jair Bolsonaro ao Tribunal Superior Eleitoral para a eleição presidencial de 2018.